

Por uma “modernização tradicionalista”: o projeto político conservador na Colômbia de *La Regeneración* (Século XIX)

Giovana Eloá Mantovani Mulza

Universidade Estadual de Maringá

Maringá - Paraná - Brasil

gio_mantovani@hotmail.com

Resumo: Este trabalho propõe analisar o período da história colombiana conhecido como *La Regeneración*, cronologicamente situada nos decênios finais do oitocentos. Possuímos o intento de estudar o projeto político e cultural das elites conservadoras que compuseram os governos regeneradores, cujo principal representante fora o presidente e intelectual Rafael Nuñez. O objetivo primevo do projeto de *La Regeneración* visava promover uma modernização tradicionalista na Colômbia, caracterizada por rechaçar os aspectos básicos da modernidade ocidental – como as liberdades e direitos individuais – e incorporar certos elementos modernizantes no plano econômico e material – como o fortalecimento estatal, o controle dos caudilhos e a modernização das instituições estatais. Os conservadores tiveram a Igreja Católica como principal aliada. De antecipação, podemos afirmar que o projeto regenerador colombiano não foi anômalo ou anacrônico em comparação com seus vizinhos latino-americanos, mas baseou-se em um discurso que chamava a reconstituição do país.

Palavras-chave: História da Colômbia. *La Regeneración*. América Latina.

Introdução

No período compreendido aproximadamente entre os anos de 1880 e 1905, se cumpre na Colômbia uma notória transformação política, que converte os antigos Estados Unidos da Colômbia – união federal pactuada constitucionalmente na Constituição de Rionegro em 1863 – em um Estado unitário e centralizado cuja forma institucional se consagrou na carta constitucional de 1886 e cujos desenvolvimentos mais importantes cobrem a história política e econômica da Nação até a primeira década do século XX, em um processo decisivo que ficou conhecido com o nome de “*La Regeneración*” (BLANCO MEJIA, 2009). Rafael Nuñez (1825-1894) e Miguel Antonio Caro (1843-1909), ambos presidentes colombianos nesse contexto, foram importantes figuras representativas do pensamento conservador que acabou por reger *La Regeneración* (MALAGÓN PINZÓN, 2006).

A discussão historiográfica em torno de *La Regeneración* permanece adormecida na bibliografia brasileira. O panorama dessa escassa produção acadêmica engloba obras

com temporalidades gerais¹, assim como obras que abrangem temporalidade anteriores². A bibliografia consultada, assim, possui origem em pesquisas realizadas em universidades colombianas, compondo-se sobretudo por artigos, dissertações ou teses disponibilizadas em plataformas virtuais e centradas em torno da história política latino-americana³. Fato é que múltiplas interpretações foram feitas sobre *La Regeneración*, influenciadas pelo próprio contexto dos estudiosos que a abordaram. A ascensão da *Nouvelle Histoire* – preconizada sobretudo por historiadores franceses nas décadas de 1970 e 1980 e que atribuiu um novo olhar à história política – exerceu grande influência nessa produção sobre *La Regeneración*: a escrita da história colombiana deixou de privilegiar as instituições e a constituição dos partidos políticos, passando a contemplar campos como o da cultura política. Dessa forma, o final do século XX lançou um novo olhar para a história da Colômbia, traçando abordagens renovadas vinculadas ao contexto internacional de renovação da história política.

À guisa dessa bibliografia renovada, sabe-se que o significado do termo *La Regeneración* é antigo e sua origem está estreitamente relacionada com um simbolismo religioso que remonta a tempos remotos. No decorrer da antiguidade, os estoicos pregaram a doutrina da regeneração instantânea do indivíduo, desde a maldade e a loucura até a sabedoria (BLANCO MEJIA, 2009). A passagem de uma a outra estaria precedida por uma longa preparação seguida de uma mudança repentina e completa (*metábole*). Na Grécia do século VI a. C., surgiu um movimento ascético e místico bastante sensível ao simbolismo da natureza. A renovação anual da natureza durante a primavera sugeria que os homens, unindo suas almas com o grande espírito-mundo, também iriam renovar e limpar sua alma. Estas crenças acabaram por convergir nas cerimônias denominadas *mistérios eleusianos* (BLANCO MEJIA, 2009).

¹ Citamos, por exemplo, o livro “A Revolução Colombiana” (2010) produzido por Forrest Hylton, o qual faz parte de um conjunto de obras da Editora Unesp dedicadas à história dos países latino-americanos. Embora grande parte desse livro se dedique ao século XX, Hylton (2010) retoma brevemente à trajetória da Colômbia no século XIX, lembrando a importância do conflito entre liberais e conservadores para a construção daquele país. Outra obra desse cunho consiste em “Os colombianos” (2018), produzido por Andrew Traumann e pertencente à coleção da Editora Contexto sobre a história de diversos países. Assim como na obra de Hylton (2010), esse livro possui um caráter geral e aborda uma ampla cronologia.

² Como ocorre com a dissertação de Cristiane Checchia (2007), dedicada a abordar a economia colombiana nas décadas de 1840 e 1850. Embora traga muitas elucidações em torno do período liberal anterior a *La Regeneración*, a obra acaba sendo insuficiente para pesquisas dedicadas especificamente ao estudo do conservadorismo.

³ Destacamos a relevância da dissertação de Oscar Blanco Mejia (2009) e o artigo de Margot Andrade Álvarez (2011), ambas centradas ao tema de *La Regeneración* e acessadas via internet.

Sem dúvida, a definição do conceito de *La Regeneración* mais influente no ocidente ainda é proveniente da tradição cristã. De fato, a regeneração batismal equivale a um novo nascimento, onde o homem espiritualmente morto no pecado renasce para uma nova vida e adquire a participação no reino celeste. Por esse motivo, São Paulo considerou o batismo como uma regeneração e renovação do espírito santo. No século XV, esse significado religioso ainda se conservava. Em 1499, *El Vocabulario Eclesiástico*, publicado sob a autoria do clérigo espanhol Rodrigo Fernández de Santaella (1444-1509) representa a permanência do significado do termo, que acabou por chegar no século XXI sem amplas mudanças (BLANCO MEJIA, 2009).

La Regeneración não se resumia unicamente ao indivíduo, mas também abarcou a restauração da sociedade de acordo com preceitos religiosos, a fim de regenerar toda a humanidade. No entanto, o conceito iria adquirir um cunho profano a partir do século XVIII, quando se desprende dos assuntos espirituais. A partir das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, o termo iria se recompor mediante o surgimento de uma modernidade política. *La Regeneración* se torna o nascimento de um novo corpo político gravemente ferido, cuja enfermidade foi promovida pelas revoluções políticas e pelos resquícios revolucionários de 1789. Assim, a expressão fica ligada ao mundo moderno e se contraria ao conceito de “revolução”. Regeneração será um termo útil ao pensamento contrarrevolucionário, ao preferir as vias constitucionais como estratégia de reforma sociopolítica no lugar de estratégias armadas e violentas – como preconizara o movimento jacobino.

Da mesma forma que o organismo humano – pensava Rafael Nuñez (1945) –, conservando sua vida, combate os elementos maléficos que ameaçam sua existência, a lei da renovação combate aqueles elementos mórbidos que comprometem o corpo político. Uma simples mudança atmosférica bastaria para curar uma enfermidade, uma pequena mudança de posição alivia as dores da fadiga e muitas vezes o esgotamento cerebral cessa tão somente com a mudança de assunto, sem necessidade de um repouso absoluto (NUÑEZ, 1945). Percebeu-se, assim, que pequenas mudanças seriam capazes de melhorar a situação da Colômbia – instável desde o advento do federalismo preconizado pelos presidentes e governadores radicais. A principal pauta dos regeneradores consistia na necessidade de consolidar a ordem, visto que esta seria a única responsável por superar uma situação que ameaçava levar o país à catástrofe, pondo freios aos excessos de liberdade (MARTÍNEZ, 1996). Não se tratava de uma ordem militar, mas de uma harmonia social que conduziria a Colômbia para a prosperidade. A liberdade não deveria

ser um fim, mas um meio. Afinal, era o princípio da ordem o único possível para o reinado da liberdade com justiça e o que garantiria o contínuo desenvolvimento da riqueza nacional em todos os seus detalhes.

A Igreja Católica consistiria na principal aliada dos presidentes regeneradores, a qual promoveria o catolicismo como ideologia da ordem. Nuñez descobre a importância da Igreja Católica e o caráter católico do povo colombiano, chegando à conclusão que não poderia fazer nada para modifica-lo. Assim, reata a aliança da Colômbia com a Santa Sé em 1887 e rompe com as medidas laicas adotadas por seus antecessores liberais. A política dos presidentes que integraram *La Regeneración* permaneceu em consonância com um projeto de “modernização tradicionalista”, cujos princípios baseavam-se no pensamento conservador (BLANCO MEJIA, 2009). Conforme explanaremos no decorrer desse texto, a experiência conservadora na Colômbia regeneradora não deve ser vista como anômala em seu meio latino-americano de fins do século XIX. A falência do sistema de *laissez-faire* implicou na adoção de medidas interventoras e centralizadoras – tendência essa comungada por diversos países da América Latina na segunda metade do século XIX. Ao longo do texto, buscaremos comprovar a tese de que *La Regeneración* não correspondeu a um período anacrônico da história colombiana, mas cujo projeto político esteve inserido em uma tendência conjuntural do ocidente.

***La Regeneración* e o projeto de uma “modernização tradicionalista”**

Em 1974, Fernando Guillen Martinez publicou um estudo sobre *La Regeneración* pela Universidad Nacional de Colombia. O texto, cujo subtítulo indica seu intento de analisar a estrutura e a função dos partidos políticos na Colômbia, acabou por inaugurar uma perspectiva que não permaneceu estritamente seguida pelas subseqüentes gerações de historiadores formados pelas universidades colombianas. Tomando como arcabouço sua proposta, podemos afirmar que *La Regeneración* protagonizou o bipartidarismo na Colômbia, precedendo o acordo entre os partidos Conservador e Liberal formalmente firmado em 1958. As coalizões entre os partidos tradicionais aparecem quando a violência interpartidária ameaça bloquear o fluxo de créditos estrangeiros ou quando põem em perigo a estabilidade política. Essa abordagem, segundo Guillen Martinez (1974), torna-se muito mais produtiva do que divagar sobre as rivalidades ou adesões ideológicas que dividem os membros desses partidos.

Demasiado tempo fora gasto com estudos estéreis dessa natureza que acabam por reduzir a história da Colômbia a um conflito ideológico sobre o que seja o “bem comum”.

Tal perspectiva acabou por ignorar a realidade da estrutura funcional dos partidos políticos colombianos enquanto organizações de poder (GUILLEN MARTINEZ, 1974). Também foram infortunadas as tentativas de explicar essas estruturas e funções partidárias em termos exclusivos de “luta de classes” ou de “setores econômicos”, incompatíveis por seus interesses essencialmente antagônicos. De fato, muitos foram os historiadores que acabaram por tomar o conflito bipartidário enquanto notória evidência do fracasso e da impossibilidade geral das elites políticas de construir uma nação (GONZÁLEZ, 1997; DELPAR, s/d). Para essa corrente, no último quartel do século XIX, se configurou um regime que outorgou amplos privilégios à instituição eclesiástica e, em contrapartida, fortaleceu a corrente mais anti-moderna do catolicismo – o catolicismo intransigente. Essa é a posição comungada por William Elvis Plata em sua dissertação de mestrado publicada em 2001. Abertamente intolerante frente aos liberais e às doutrinas racionais, os governos regeneradores teriam estruturado uma mentalidade intransigente que começa a configurar a cultura política da sociedade colombiana, amparada no bipartidarismo e em detrimento da democracia, sendo responsável por configurar a violência política na Colômbia durante os séculos XX e XXI (PLATA, 2001).

Em termos gerais, ainda que as investigações supracitadas tenham a virtude de assinalar certos problemas e constituam investigações respaldadas na ampla consulta de fontes primárias, permanecem pendentes interrogações básicas acerca do projeto nacional regenerador e sua relação com a Igreja Católica. Na verdade – como bem enfatiza Guillen Martinez (1974) –, essas abordagens acabam por privilegiar o antagonismo ideológico conservadorismo-liberalismo e secundarizam o estudo das estruturas e das funções dos partidos políticos da Colômbia de fins do século XIX. No lugar de afirmar o fracasso da nação colombiana, o historiador deve renovar suas ferramentas teóricas e metodológicas para levar adiante o estudo do Estado Nação. O projeto nacional regenerador não foi um projeto anômalo e anacrônico que contrasta com a experiência histórica latino-americana da segunda metade do século XIX – como tendem a observar historiadores e estudiosos do período. O jurista Pedro Pablo Camargo (1995) o associa com a construção de um anacrônico Estado confessional e teocrático, similar aos Estados pontifícios e ao Estado iraniano. A nação colombiana regeneradora teria se isolado internacionalmente, correspondendo a uma época na qual o país nadava

contra a corrente da história ocidental e da América Latina, como complementa Charles Bergquist (1999).

O problema da violência e da intransigência religiosa tem sido amplificado pelos historiadores e sociólogos colombianos, que encontraram na *Regeneración* o ponto de partida que estruturou um espírito de reação clerical, de isolamento internacional e de intolerância e de intransigência política, enquanto uma comunidade internacional liberal caminaria a passos largos rumo ao progresso. Esta consiste em uma má interpretação do período. Pelo contrário, podemos sustentar que o projeto nacional da *Regeneración* esteve imerso na comunidade internacional de ideias e nos problemas centrais na construção do Estado nação que herdaram as classes dirigentes do continente ao longo do século XIX. No lugar de “[...] revelar a imagem de uma nação rural e cristã: uma Colômbia que, distante das perigosas influências do cosmopolitismo do século, poderia por fim gozar da imensa felicidade de viver em harmonia consigo mesma” (GUILLEN MARTINEZ, 1974, p. 462; tradução nossa), o projeto nacional regenerador tratou de seguir a senda do progresso material, das vias ferroviárias, da moeda nacional, da educação primária e do protecionismo econômico, conciliando esses pilares com um arcabouço católico.

Apesar do ideário liberal colombiano de meados do século XIX ter sido um dos mais prometedores, seu projeto radical fora logo substituído ao fim da centúria por um de cunho conservador e católico. Por quê? A Constituição de 1863, que havia representado o ponto culminante das liberdades individuais, dos direitos políticos e dos logros do federalismo, fora rapidamente transplantada com o advento de *La Regeneración*. Agora, prevalecia um governo conservador que estaria vigente até 1930, caracterizado por um executivo forte, pela limitação das liberdades e dos direitos políticos e por um Estado de caráter católico. O escritor colombiano Gonzalo España (1985), por exemplo, não economiza esforços para caracterizar *La Regeneración* como uma verdadeira reação conservadora contrária à democracia e às liberdades instauradas pelo federalismo liberal. Segundo seus argumentos, os liberais radicais foram os donos de uma ideologia avançada através de sua defesa pela liberdade absoluta de pensamento e expressão, cujas ideias teriam sido suplantadas por uma reação autoritária e ditatorial representada pela carta constitucional de 1886.

Tem persistido entre muitos pesquisadores a visão da *Regeneración* enquanto uma experiência política anômala no contexto latino-americano. Enquanto as nações vizinhas consolidavam suas revoluções liberais em fins do século XIX – como a

Venezuela e, em especial, o Equador com o general liberal Eloy Alfaro (1842-1912) –, a nação colombiana aparentava nadar em uma corrente reacionária que refutava as garantias e as liberdades individuais, acabando por restabelecer os foros eclesiásticos e os privilégios da Igreja. Tal perspectiva ainda segue alimentando interpretações acerca do período feitas por uma historiografia liberal de caráter maniqueísta, cujo melhor representante constitui o publicitário Otto Morales Benitez (1983), quem continua insistindo na percepção de que o liberalismo colombiano acabaria por salvar a pátria da intolerância e da insolência dos governos conservadores. É certo que a carta constitucional de 1886, ao contrário de sua antecessora de 1863, limitou as liberdades de imprensa, expressão e associação. Por isso, a natureza do novo regime foi prontamente um objeto de polêmica pública. No entanto, como complementa Jorge Orlando Melo (1990), o processo de ordenamento político-cultural tradicionalista da *Regeneración* deu ao Estado e ao projeto político regenerador mais que um cunho antimodernizador, mas sim um ar de “modernização tradicionalista”.

Enquanto os conservadores apoiaram o crescimento econômico e certas formas de conhecimento tecnológico, a abertura ao comércio internacional, a melhoria das vias, a modernização do exército, a criação da polícia, a ampliação da educação pública e o fortalecimento de uma burocracia moderna, acabaram por rechaçar os elementos centrais do conhecimento científico e das formas de pensamento laico e liberal. O conceito de “modernização tradicionalista”, também teorizado pelo historiador Oscar Blanco Mejia (2009), consistiria em um processo de desenvolvimento lento e gradual, condizente com o rechaço da doutrina conservadora pelas rupturas abruptas na estrutura política e cultural da sociedade. Enquanto ideário político, o conservadorismo pensado e aplicado no século XIX se definira em oposição às mudanças bruscas propostas pelo progressismo – então representado pelo radicalismo liberal. O ceticismo diante das pautas revolucionárias dos liberais consistiu em uma tendência ocidental frente à falência do *laissez-faire* no fim do século XIX, cuja postura crítica permanecera importada pela Colômbia pelos teóricos conservadores e pelos governantes regeneradores no decorrer daquela centúria.

Apesar de tudo, a ambição por protagonizar uma modernização tradicionalista não foi uma obra exclusiva dos regeneradores. Mariano Ospina Rodríguez (1805-1885), um dos fundadores do Partido Conservador na Colômbia em 1849 e um de seus máximos dirigentes, tentou conciliar os elementos tradicionais de seu pensamento com os aspectos de uma modernidade – como a educação pública gratuita e o desenvolvimento material

e científico do país. Ainda que a pauta de *La Regeneración* tenha correspondido ao de uma modernidade tradicional, seu cunho tradicionalista não lhe tornou isolada das ideias internacionais. Afinal, o que se perseguiu foi a senda do progresso material e capitalista, bem como o desenvolvimento das vias ferroviárias e do comércio – ainda que tentasse conciliá-lo com uma conduta católica. Esta forma de pensar esteve amplamente conectada com a reação internacional contra os resultados econômicos da Revolução Industrial e do Liberalismo manchesteriano. Por esse motivo, *La Regeneración* não construiu um projeto político de indivíduos desconectados de seu tempo e da cultura ocidental. Fora obra de estadistas e intelectuais que estiveram atentos às rápidas transformações sociais ocorridas no velho continente.

A Europa da segunda metade do século XIX permanecia atravessada por conflitos sociais representados pelas lutas operárias e pela Comuna de Paris, que acabaram por questionar os resultados da civilização industrial e a fé de que a liberdade era a chave para resolver todos os problemas humanos. Conforme traça Blanco Mejia (2009), a revolução industrial trouxe uma nova era onde a economia de mercado havia deslocado as estruturas sociais tradicionais, reduzindo à miséria as novas classes operárias surgidas do processo de industrialização. Este fora o contexto internacional que mais temiam os conservadores colombianos, para quem os ideais do liberalismo manchesteriano – também reproduzido pelos liberais radicais da Colômbia – haviam notoriamente produzido no ocidente um desequilíbrio nos recursos econômicos que consolidaram a indústria e acabaram por levar muitos países à miséria e aos problemas sociais.

Não era estranho que os socialistas haviam ao fim se organizado em um partido independente do liberal, e ainda do republicano, em todas as partes. Mais de um século de ensaios desastrosos tem aberto os olhos à multidão faminta, e o Imperador alemão fez-se intérprete da urgente necessidade do problema socioeconômico que reclama uma atenção preponderante (NUÑEZ, 1945, p. 215; tradução nossa).

Com o problema social, surgiu a ameaça do socialismo como movimento político, que se consolidava com a passagem do tempo até se converter em uma ameaça crescente para a ordem social do país. Não foi necessário esperar até a conclusão da centúria para que a fé cega no *laissez-faire* fosse questionada. A partir da década de 1840, muitos intelectuais sul-americanos começaram a criticar o liberalismo manchesteriano e a pensar em termos mais conservadores – os quais constituíram os *ensayistas proteccionistas*, um grupo de ensaístas e publicitários muito heterogêneo que abarcou o espectro da economia e da política americana do século XIX. Em uma centúria marcada

pelas lutas políticas e pelas guerras civis, a marcha econômica do país passaria a ocupar um lugar proeminente ao postular que o protecionismo estimularia o desenvolvimento da economia e fomentaria a produção local. Na América Latina, o assalto contra o liberalismo foi menos destrutivo. Segundo Blanco Mejia (2009), a doutrina de esquerda ainda não existia no século XIX e foi preciso esperar o advento do século XX para que os níveis de industrialização e urbanização distorcessem a vida social e dessem ressonância aos argumentos marxistas. Grande parte das críticas provinham do positivismo, cuja popularidade nos países latino-americanos levou a sua aproximação com o conservadorismo. Foi por isso que os ideais de ordem e progresso estavam tão presentes nas pautas dos governos conservadores colombianos de fins do século XIX.

Passadas as reformas liberais, os problemas na Colômbia seguiam sendo os mesmos com os quais a nação havia iniciado sua vida: criar uma ordem política sólida, conquistar a “civilização” e adquirir os benefícios da riqueza. Os governantes liberais não haviam solucionado estes desafios e, ao finalizar o século, era notório um clima de pessimismo nacional que viria fortalecer as correntes conservadoras. No México, tal corrente conservadora esteve representada por Porfírio Díaz e seus assessores; no caso argentino, por Carlos Pellegrini; no Brasil, por Benjamin Constant e Teixeira Mendes; no Chile, Vicente Letelier. Mas em nenhum lugar do continente ela se manifestou de forma tão explícita como na Colômbia de *La Regeneración*, unindo o Estado à Igreja Católica e protagonizando uma modernização de cunho tradicional. Na necessidade de afrontar os efeitos sociais da modernização capitalista levou as classes dirigentes latino-americanas a reconhecer a Igreja como uma garantidora da ordem e uma importante aliada em seus projetos políticos.

À margem dos processos de secularização e industrialização, o século XIX foi um dos períodos de maior fertilidade da história da religião no ocidente. Afinal, corresponde a uma centúria na qual abundam os livros teológicos, a evangelização se estende para todas as camadas da sociedade, aparece o Evangelho Social e emergem novas religiões: a Ciência Cristã, os Mórmons, os adventistas e a religião dos positivistas. Não é de se estranhar que muitos intelectuais colombianos – como o próprio Rafael Nuñez – vieram defender a aproximação entre Estado e Igreja Católica. No caso particular da Colômbia, o projeto político regenerador não surgiu somente do ambiente intelectual europeu frente o liberalismo tóxico. Foi construindo tendo como fundo os próprios debates e dilemas dos latino-americanos frente ao processo de construção nacional ao longo do século XIX. A tradição regeneradora foi formulada ainda na primeira metade do

oitocentos, quando se invocou uma *Regeneración* civil como uma estratégia para enfrentar o vácuo de poder produzido pela abdicação de Fernando VII. Como afirma Doris Wise de Gouzi (1990), ainda na década de 1910, o patriota José Félix de Restrepo havia reivindicado uma regeneração civil. No meio da crise da monarquia espanhola, o periódico cartaginense *El Argos Americano* de 1810 chamava a uma regeneração política promovendo uma Junta de deputados das províncias e a reforma dos impostos, os quais deveriam contar com o auxílio dos “cidadãos honestos” (CONDE CALDERÓN, 2000).

Ao contrário do comumente pensado, o termo “*Regeneración*”, na Colômbia, não teve como pai o político Rafael Nuñez. Na época da Independência, já se havia clamado por um processo regenerador. Em abril de 1874, no discurso de posse como presidente da União, o liberal Santiago Pérez (1830-1900) volta a retomar o termo, reivindicando o fortalecimento da ordem pública – visto como condição necessária para fomentar o progresso material e riqueza do país. *La Regeneración* acaba se tornando uma tradição do pensamento político colombiano que entendia a política em termos de restauração pacífica da ordem, a extirpação dos hábitos despóticos e anárquicos, assim como a redefinição constitucional. Dentro deste contexto colombiano e latino-americano, não foi raro que Rafael Nuñez fosse permeado pelas tendências de regeneração. De forma semelhante aos positivistas do continente, seu pensamento aceitou as ideias de progresso tomadas de Herbert Spencer. Mas contrasta com seus pares latino-americanos ao rechaçar a ideia de que a Igreja Católica constituía em um dos principais obstáculos para o progresso. Ao contrário, Nuñez viu na religião um potencial aliado para uma regeneração administrativa na Colômbia. Assim, a aliança entre Nuñez e o conservador católico Miguel Antonio Caro (1886) somente seria questão de tempo, pois ambos compartilhavam a mesma perspectiva: que a Igreja Católica seria fundamental para garantir a ordem no país.

O projeto de *La Regeneración* não iria deixar de lado um aliado que poderia ser essencial. E a Igreja Católica, seduzida pelo poder, tratará de conciliar o catolicismo com o progresso material. A ideia consistia em elaborar um discurso modernizador em torno da Religião Católica enquanto elemento fundamental de nacionalidade, que iria proporcionar a unidade e a independência nacional. Assim, tentou-se demonstrar a partir de diferentes instâncias eclesiásticas que o catolicismo era compatível com o progresso material. Esta posição se via altamente favorecida pela Santa Sé que, afetada pela reunificação italiana e pelas reformas liberais que haviam se desenvolvido na Europa, havia elaborado uma estratégia que lhe permitiria ascender em novos espaços para

exercer sua missão e oferecer seus serviços aos respectivos Estados Nacionais. A Igreja Católica, portanto, defendia a compatibilidade entre o catolicismo e o progresso material de um país (BLANCO MEJIA, 2009).

Os governos republicanos, apesar de seu selo positivista, não tiveram interesse em enfrentar uma Igreja da qual podiam receber ajuda para propagar uma ideologia da ordem ou para abrir a selva amazônica para colonização. Afinal, ainda em 1897, a Colômbia era um país extenso e atravessado por uma topografia agreste, onde era difícil para o poder central acessar os assuntos de cada província. No contexto de uma débil integração nacional, a Igreja Católica se converteu em um aliado essencial que integrava espacial e socialmente as populações distantes com seu poder. Consideramos, portanto, que estas perspectivas nos permitem compreender o projeto nacional regenerador e sua relação com a Igreja Católica mais além das visões de intransigência e de um Estado confessional. De fato, o projeto nacional da *Regeneración* fundamentou-se em um discurso inserido em uma tradição ideológica da época, determinada muito mais por necessidades práticas que por assuntos teóricos e abstratos, nos quais se destacaram problemas centrais que herdaram as elites latino-americanas ao longo do século XIX na construção de seus Estados nacionais. Tendo em mente esses objetivos, em diferentes períodos as classes dirigentes recorreram ao auxílio da Igreja Católica para obter apoio político e auxiliar os países no processo de formação de sua burocracia e sociedade.

Segundo Nuñez, em termos de centralismo e federalismo, a Constituição de 1832 havia optado pelo caminho de uma administração central do Estado acompanhada pelas garantias individuais. Graças a esta peculiaridade, a ordem pública havia sido conservada sob aproximadamente oito anos consecutivos. Ainda em sua perspectiva de estadista, Nuñez considerou a Carta de 1843 mais centralizada e durante seus dez anos de vigência houve ainda mais paz. No entanto, a Carta de 1853 abriu caminho para a rebelião de 1854, enquanto a Constituição de 1858 – notadamente federalista – preparou o caminho para a rebelião de 1860. Em 1863, a Constituição de Rionegro acabou por fragmentar ainda mais a política colombiana. Nos pode parecer exagerada a extrema confiança que as classes políticas depositaram nos textos constitucionais, esperando que as sucessivas mudanças nas cartas constitucionais levassem o país ao progresso. Mas essa era a cultura política do momento. Os regeneradores estiveram mais próximos de seus vizinhos latino-americanos do que se pode pensar. Apesar da Constituição de 1886 e do projeto regenerador terem recebido amplas críticas por parte da imprensa liberal mexicana,

compartilhavam junto a maior parte da elite da América Latina o enorme valor conferido às constituições políticas enquanto ato fundamente da nação.

A frequência com que os latino-americanos ditavam novas cartas constitucionais faz referência não somente à fragilidade de tais iniciativas, mas também à importância capital que lhes conferiam tais documentos para a fundação nacional. *La Regeneración* colombiana reconheceu os ecos desta longa tradição e de modo algum tratou o passado como tábula rasa. Afinal, como predispõe o próprio pensamento conservador e para desqualificar o progressismo dos liberais radicais, os regeneradores nunca quiseram passar por revolucionários. O que estava claro para os conservadores colombianos era que a instantaneidade das constituições estava conduzindo o país à pobreza, à carência industrial e às amplas dificuldades fiscais. Para Nuñez, era necessário tomar outra direção para a nação colombiana, passando pelo estabelecimento de um exército permanente, com a aclimação da paz e com a promoção da alma do povo colombiano – um povo essencialmente católico.

Considerações Finais

O presente texto converge a temática central de nossa pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida. Embora nossa dissertação ainda não tenha sido finalizada, certas fontes históricas e uma ampla bibliografia – apresentadas parcialmente nesse texto – nos permitem legitimar nossa discussão sobre a “modernização tradicionalista” protagonizada na Colômbia de *La Regeneración*. À guisa de conclusão, seria oportuno, em primeiro lugar, sintetizar brevemente as informações apresentadas. Ao longo do texto, remetemos às origens conceituais do termo “*La Regeneración*”, cujo simbolismo na área das ciências naturais permitiu sua aproximação ao sentido de “regenerar” – aproximação ratificada pela tradição cristã ocidental. No entanto, à medida que os processos revolucionários da burguesia se espalhavam pelo Ocidente dos séculos XVIII e XIX, o verbo “regenerar” adquiriu um cunho eminentemente político, passando a integrar o vocabulário básico dos contrarrevolucionários. A própria emergência do pensamento conservador, especialmente durante o século XIX, contou com o amplo uso desse termo.

A partir da segunda metade do século XIX, o advento do liberalismo enquanto doutrina oficial do Estado colombiano inseriu o país no mercado capitalista internacional, tornando-o dependente das oscilações da conjuntura mundial. A Carta

Constitucional de Rionegro de 1863, símbolo máximo do projeto político liberal, transformou a Colômbia em um país politicamente fragmentado pelo excesso de federalismo, assim como impôs a laicização do Estado e a secularização dos bens eclesiásticos – rompendo para com a tradição histórica do país. A crescente instabilidade do sistema de *laissez-faire* acabou por maximizar a insatisfação do povo colombiano com o radicalismo das propostas dos presidentes liberais, ocasionando guerras civis constantes. Foi com o advento das medidas conservadoras, protagonizadas pelos presidentes de *La Regeneración*, que se restituiu o centralismo político e o catolicismo enquanto medidas imprescindíveis para a garantia da ordem nacional. Os presidentes Rafael Nuñez e Miguel Antonio Caro – figuras políticas mais importantes desse período – perceberam a necessidade de retomar a experiência política e cultural da Colômbia enquanto medida para driblar a crise no sistema de *laissez-faire*. Uma “modernização tradicionalista”, assentada sobre a pauta de reformas graduais e condizentes com a realidade colombiana e latino-americana, foi a alternativa encontrada pelos membros dos governos Regeneradores.

FOR A “TRADITIONALIST MODERNIZATION”: THE CONSERVATIVE POLITICAL PROJECT IN COLOMBIA BY LA REGENERACIÓN (19TH CENTURY)

Abstract: This work proposes to analyze the period of Colombian history known as La Regeneración, chronologically situated in the late decades of the eighties. We intend to study the political and cultural project of the conservative elites that make up the regenerating governments, whose main representative was the president and intellectual Rafael Nuñez. The primary objective of the La Regeneración project was to promote traditionalist modernization in Colombia, characterized by rejecting the basic aspects of Western modernity - such as individual freedoms and rights - and incorporating certain modernizing elements on the economic and material plane - such as state strengthening, control of the caudillos and the modernization of state institutions. Conservatives had the Catholic Church as their main ally. In anticipation, we can say that the Colombian regenerative project was not anomalous or anachronistic in comparison with its Latin American neighbors, but was based on a speech that called for the reconstitution of the country.

Keywords: History of Colombia. La Regeneración. Latin America.

Por una “modernización tradicionalista”: el proyecto político conservador en Colombia por La Regeneración (Siglo XIX)

Resumen: Este trabajo propone analizar el período de la historia colombiana conocido como La Regeneración, situado cronológicamente en las últimas décadas de los años ochenta. Tenemos la intención de estudiar el proyecto político y cultural de las élites conservadoras que conforman los gobiernos en regeneración, cuyo principal representante fue el presidente e intelectual Rafael Núñez. El objetivo principal del proyecto La Regeneración era promover la modernización tradicionalista en Colombia, caracterizada por rechazar los aspectos básicos de la modernidad occidental, como las libertades y los derechos individuales, e incorporar ciertos elementos modernizadores en el plano económico y material, como el fortalecimiento del estado, control de los caudillos y la modernización de las instituciones estatales. Los conservadores tenían a la Iglesia Católica como su principal aliado. En anticipación, podemos decir que el proyecto regenerativo colombiano no fue anómalo ni anacrónico en comparación con sus vecinos latinoamericanos, sino que se basó en un discurso que pedía la reconstitución del país.

Palabras clave: Historia de Colombia. La Regeneración. América Latina.

Referências

ANDRADE ÁLVAREZ, Margot. **Religión, política y educación en Colombia.** La presencia religiosa extranjera en la consolidación del régimen conservador durante la Regeneración. *HiSTOReLo – Revista de Historia Regional y Local*, vol. 3, n. 6, julio-diciembre 2011, p. 154-171.

BERGQUIST, Charles. **Café y conflicto en Colombia (1886-1910).** La Guerra de los mil días. Sus antecedentes y consecuencias. Bogotá: Banco de la República, 1999.

BLANCO MEJIA, Oscar. **Fe y nación en Colombia: La Regeneración y el proyecto de una nación católica 1885-1902.** Universidad Industrial de Santander (Trabajo de grado para obtener el título de maestría en historia), Escuela de Historia, Bucaramanga, 2009.

CAMARGO, Pedro Pablo. **El Estado Laico en Colombia.** Fin del concordato con la santa sede. Bogotá: Librería Wilches, 1995.

CARO, Miguel Antonio. **Sufragio.** Diario Oficial, n. 60766, Bogotá (14 agosto 1886). In: CARO, Miguel Antonio. *Escritos constitucionales y jurídicos. Primera serie.* Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1986.

CHECCHIA, Cristiane. **Terra e Capitalismo: A questão agrária na Colômbia, 1848-1853.** São Paulo: Alameda, 2007.

CONDE CALDERÓN, Jorge. **Los múltiples ojos de la Independencia: Prensa y política en Cartagena de Indias, 1808-1885.** *Historia Caribe, Barranquilla*, v. II, n. 05, 2000.

DELPAR, Helen. **Rojos contra azules.** Bogotá: Procultura, s/d.

ESPAÑA, Gonzalo. **La guerra civil de 1885.** Núñez y la derrota del radicalismo. Bogotá: El áncora Editores, 1985.

GONZÁLEZ, Fernán. **Para leer la política**. Ensayos de historia política colombiana (Tomo II). Bogotá, CINEP, 1997.

GUILLEN MARTINEZ, Fernando. **Los “Frente Nacionales”**: “La Regeneración” – Un estudio de caso. La estructura y la función de los partidos políticos en Colombia. Universidad Nacional de Colombia: Centro de Investigaciones para el Desarrollo. Bogotá, D. E., 1974.

HYLTON, Forrest. **A Revolução Colombiana**. São Paulo: Unesp, 2010.

MALAGÓN PINZÓN, Miguel. **La Regeneración, la Constitución de 1886 y el papel de la Iglesia Católica**. Civilizar – Ciencias Sociales y Humanas, v. 06, n. 11, 2006.

MARTÍNEZ, Frédéric. **En busca del Estado importado: de los radicales a la Regeneración (1867-1889)**. Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura, n. 23, 1996.

MELO, Jorge Orlando. **Algunas consideraciones globales sobre “modernidad” y “modernización” en el caso colombiano**. Análisis Político, Bogotá, IEPRI, n. 10, mayo-agosto de 1990.

MORALES BENITEZ, Otto. **El Liberalismo destino de la patria**. Bogotá: Ceiba, 1983.

NUÑEZ, Rafael. **El nuevo piloto**. El Porvenir, Cartagena, n. 632, 1860. Reproducido en La Reforma (Tomo III), 1945.

PLATA, William Elvis. **El Catolicismo y sus corrientes en la Colombia decimonónica: 1850-1880**. Universidad Nacional de Colombia, Departamento de Historia, tese de maestría en historia, Bogotá, 2001.

TRAUMANN, Andrew. **Os colombianos**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

WISE DE GOUZY, Doris. **Antología del pensamiento de Mariano Ospina Rodríguez**. Bogotá: Banco de la República, Tomo I, 1990.

SOBRE O AUTOR

Giovana Eloá Mantovani Mulza é mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 29/05/2020

Aceito em 11/01/2021